

Turismo de base comunitária: em busca de caminhos sustentáveis para o turismo na ilha do Marajó

Marinete da Silva Boulhosa¹



RESUMO

Nas últimas décadas o turismo tem se destacado como uma das mais importantes atividades socioeconômicas da sociedade contemporânea e tem provocado forte influência na economia e no desenvolvimento mundial. Porém, não obstante sua importância, o turismo também tem se revelado uma atividade excludente, que privilegia uma pequena parcela da sociedade, em detrimento do interesse de uma maioria, e isso é reflexo do ideário desenvolvimentista neoliberal. Esse contexto, tem provocado a busca por novas formas de promover o turismo, desatrelado da lógica desenvolvimentista e essas práticas vêm ganhando a atenção das pesquisas científicas sobre essa atividade. Entre as novas formas de promover a atividade turística destaca-se o Turismo de Base Comunitária – TBC, concebido como uma forma de organização amparada na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, na cooperação no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos aos comunitários, refletindo ainda, uma reação das sociedades locais ao modelo excludente de desenvolvimento da atividade e a busca, pelos turistas, de experiências mais autênticas. É nesse contexto, que este artigo se apresenta, fazendo uma análise crítica sobre o turismo desenvolvido há décadas na Ilha do Marajó e trazendo a experiência do Turismo de Base Comunitária que vem sendo desenvolvida pela Comunidade do Pesqueiro, no Município de Soure, região leste da Ilha, que configura-se como um embrião de uma nova forma de fazer turismo no Marajó, que vem contribuindo para o protagonismo local, gerando benefícios reais e diretos às Comunidades que foram, há décadas, excluídas do modelo de desenvolvimento turístico implantado na ilha do Marajó.

Palavras-chave: Marajó. Desenvolvimento. Turismo.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA. Bacharel em turismo. Mestre em Antropologia. Professora do IFPA. E-mail: neteboulhosa@gmail.com.

ABSTRACT

In recent decades, tourism has stood out as one of the most important socioeconomic activities of contemporary society and has had a strong influence on the economy and world development. However, despite its importance, tourism has also proved to be an exclusionary activity, which favors a small portion of society, to the detriment of the interest of a majority, and this is a reflection of the neoliberal developmental ideas. This context has provoked the search for new ways to promote tourism, unattached to the developmentalist logic and these practices have been gaining the attention of scientific research on this activity. Among the new ways of promoting tourist activity, Community-based Tourism - TBC stands out, conceived as a form of organization based on the sustainable self-management of community heritage resources, cooperation at work and the distribution of benefits generated by the provision of tourist services to community members, also reflecting a reaction by local societies to the exclusive model of development of the activity and the search, by tourists, for more authentic experiences. It is in this context that this article presents itself, making a critical analysis of the tourism developed for decades on the Marajó Island and bringing the experience of Community Based Tourism that has been developed by the Community of Pesqueiro, in the Municipality of Soure, in the eastern region of the island, which is an embryo of a new way of doing tourism in Marajó, which has been contributing to the local protagonism, generating real and direct benefits to the Communities that were, for decades, excluded from the tourism development model implemented on the island of Marajó.

Keywords: Marajó. Development. Tourism.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o turismo tem se destacado como uma das mais importantes atividades socioeconômicas da sociedade contemporânea e tem provocado forte influência na economia e no desenvolvimento mundial.

Porém, apesar de sua importância socioeconômica, com previsão de movimentar cerca de 1.600 milhões de turistas no mundo (UNWTO, 2016), revela-se, por outro lado, uma atividade excludente, elitista, que privilegia uma pequena parcela da sociedade, em detrimento do interesse da maioria da população que recebe os fluxos turísticos.

Essa realidade é reflexo do ideário desenvolvimentista neoliberal e da economia globalizada. O neoliberalismo, que trazia a promessa de melhoria de resultados econômicos, através de mercados autorreguláveis e de um Estado mínimo, acabou por ampliar a pobreza e a desigualdade em várias partes do mundo.

O turismo tem seu desenvolvimento global nesse contexto, em função das políticas públicas para o setor dialogarem com o atual modelo de desenvolvimento, o que leva a atividade turística a causar mais impactos negativos sobre o meio ambiente, do que o tão propagado desenvolvimento.

No Brasil, o desenvolvimento da atividade turística vem provocando exatamente o contrário do que se atribui a ela e os exemplos são numerosos. Tal realidade tem sido objeto de pesquisas científicas e tem incitado a reflexão, crítica, reação e a busca por novas formas de desenvolvimento do turismo, desatrelado do ideário neoliberal, com uma maior participação da população local nos processos turísticos.

Nesse contexto, novas formas de promover o turismo começam a surgir ou ganhar a atenção das pesquisas científicas e das políticas públicas sobre a atividade turística, no país. Entre as novas formas de promover a atividade destaca-se o Turismo de Base Comunitária – TBC.

O Turismo de Base Comunitária é concebido como uma forma de organização amparada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários e na cooperação no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos aos comunitários (MALDONADO, 2009). Tal forma de desenvolver o turismo também se configura em uma reação das sociedades locais ao modelo excludente de desenvolvimento da atividade.

Na Ilha do Marajó, onde o turismo vem sendo desenvolvido, oficialmente, desde a década de 70, a realidade não é diferente das experiências no Brasil, onde o tão propagado desenvolvimento que a atividade pode trazer está restrita a uma minoria. Já a população, nos locais onde o turismo possui fluxo regular, como Soure e Salvaterra, que fazem parte do Polo Turístico do Pará, pouquíssimo tem se beneficiado com o turismo. Porém, já se observam iniciativas de turismo de base comunitária na Ilha e um exemplo é o da Comunidade do Pesqueiro, na cidade de Soure.

A partir desse cenário, o presente artigo levanta a seguinte problemática: como uma nova forma de turismo pode contribuir para o uso sustentável do patrimônio natural e cultural, para o protagonismo das populações autóctones e seu desenvolvimento?

Nesse sentido, objetiva-se aqui discutir, a partir de bases teóricas e práticas, e de observações *in loco*, sobre a possibilidade do Turismo de Base Comunitária contribuir para

o desenvolvimento sustentável do turismo na Ilha do Marajó, a partir dos princípios que o mesmo defende, uma vez que o turismo, há décadas desenvolvido na Ilha, pouco ou quase nada tem contribuído para a melhoria da condição de vida da população residente nos locais onde a atividade se desenvolve.

METODOLOGIA

O artigo apresentado é parte de resultado preliminar de pesquisas de doutorado em curso, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – PPGDTU (NAEA), da Universidade Federal do Pará. Para sua elaboração, foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental sobre desenvolvimento, turismo, turismo de base comunitária, ilha do Marajó e temas relacionados; realização de pesquisa de campo, com observação direta e pesquisa participante, com experimentação dos serviços turísticos oferecidos pela Comunidade do Pesqueiro, em Soure; produção de fotografias documentais da comunidade pesquisada, com registro de atrativos naturais e equipamentos turísticos visitados e utilizados.

O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO FORMA SUSTENTÁVEL DE FAZER TURISMO

O turismo caracteriza-se como um fenômeno social da sociedade moderna e está presente na vida de muitas pessoas, independente de classe, grupo, etnia, nação etc. (FIGUEIREDO, 1999). Por sua característica fenomenológica, não é mais possível aceitar que qualquer abordagem referente a ele se restrinja aos fatores de ordem econômica, o que comumente é destacado, sob pena de constituir-se em uma abordagem superficial e fragmentada, incapaz de mensurar sua complexidade e seus efeitos na sociedade e no ambiente.

Na verdade, o destaque à importância econômica atribuído ao turismo, faz parte de um cenário global, onde o fator econômico se sobrepõe a outros indicadores de desenvolvimento, mas que acaba por ocultar uma realidade marcada pela exploração descontrolada dos recursos naturais, a exclusão de grupos humanos e o privilégio dado a uma minoria, provocados pelo desenvolvimento da atividade turística, com experiências em várias partes do mundo.

O turismo tem seu desenvolvimento global nesse contexto, em função das políticas públicas para o setor dialogarem com o atual modelo de desenvolvimento global, que como aponta Polanyi (2000), está embasado em um ideário desenvolvimentista neoliberal e sob a égide de mercados autorreguláveis.

Tal realidade leva a atividade turística a causar mais impactos negativos sobre o meio ambiente do que o tão propagado desenvolvimento ou melhoria da condição de vida das populações que são envolvidas pela atividade, uma vez que as lógicas são de dominação e transformação da natureza, vista apenas como recurso ou matéria prima, e prioridade dada aos interesses do grande capital, com negação dos direitos e necessidades de populações locais, que são levadas a reboque, nesse processo.

No Brasil, o desenvolvimento da atividade turística vem provocando, em muitos casos, exatamente o contrário do que se atribui a ela. Há numerosos casos em que as políticas

públicas e ações para o incremento do turismo no país ampliaram a exploração desordenada do meio ambiente natural, provocaram a expulsão e exclusão das populações locais (FERNANDES, 2013), beneficiaram uma pequena elite local (CAVALCANTI, 1993), ignoram a diversidade cultural e paisagística das regiões (BURSZTYN, BARTHOLO, DELAMARO, 2009), desenvolveram-se baseadas em modelos exógenos, autoritários, com outras lógicas de territorialidades (RODRIGUES, 2006; FIGUEIREDO, NÓBREGA, 2015) e pouco contribuíram para beneficiar as populações autóctones.

Em seguida, constata-se, entretanto, que as ações públicas de fomento ao turismo ainda tratam o tema de forma homogênea, ignorando a diversidade cultural e paisagística de cada região e difundindo um turismo massificado que compromete as condições sociais, prejudica as condições ambientais e descaracteriza as heranças culturais de comunidades tradicionais (BURSZTYN, BARTHOLO, DELAMARO, 2009: 77).

Essas experiências continuam marcando o desenvolvimento do turismo no Brasil, de norte a sul do país, e tal realidade tem sido objeto de pesquisas científicas e tem incitado a reflexão, crítica, reação e a busca por novas formas de desenvolvimento do turismo, desatrelado do ideário neoliberal, com uma maior participação da população local nos processos turísticos, configurando-se mesmo como um movimento de reflexão e resistência, cujas abordagens e o fazer tem agido sobre o ambiente e a sociedade, incorporando as questões sociais, políticas, culturais, territoriais, identitárias, naturais e não apenas as econômicas.

Entre as novas formas de fazer o turismo, tem-se o Turismo de Base Comunitária - TBC, que é concebido como uma forma de organização que contribui para sobrevivência de práticas culturais, identitárias, econômicas e ocupacionais, amparada na autogestão sustentável, na cooperação no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos aos comunitários (MALDONADO, 2009).

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009: 31).

Sampaio (2011) corrobora com a ideia de que turismo comunitário é uma estratégia, uma política afirmativa no sentido em que privilegia populações tradicionais, independente do grau de descaracterização, frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, para que sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista.

Configurando-se como uma proposta de um novo fazer do turismo, o TBC conceitua-se de diversas formas, de acordo as dinâmicas locais onde se desenvolve e a habilidades e competências das populações autóctones, definindo-se, na contemporaneidade, como uma alternativa ao modelo convencional de desenvolvimento do turismo que, como se observa em vários estudos, assenta-se na exploração do patrimônio natural e cultural, em detrimento, muitas vezes, dos interesses das populações locais.

E se por um lado surgem novas formas, mais democráticas e justas de promover o turismo, por outro, observa-se também uma grande mudança no interesse e modo de viagens

turísticas. Observa-se, na atualidade, que os turistas estão em busca de experiências mais autênticas de viagens, que possibilitem o encontro com o outro e com a natureza, não sendo apenas consumidores de natureza e cultura, quando então os “simulacros de relações, da espetacularização da natureza e da cultura com intuito de mercantilização começa a ser questionado”, como apontam Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009).

As inúmeras experiências de TBC no Brasil, cuja primeira amostra nacional, foi a Chamada Pública de Seleção de Projeto de Turismo de Base Comunitária, do Ministério do Turismo, através do Edital 01/2008, quando 50 projetos foram aprovados de um universo de quinhentas propostas inscritas, revelou, ainda que em parte, a grande diversidade de experiências dessa nova forma de fazer o turismo no país, que era totalmente ignorada pelas políticas públicas nacionais e invisibilizada pelo modelo tradicional do turismo brasileiro.

Trazendo esse debate para realidade amazônica, observam-se inúmeras experiências de turismo baseadas nessa nova lógica de desenvolver a atividade, com a preocupação de incorporar nesse processo os interesses das comunidades locais e o uso sustentável da natureza, considerando inclusive a cosmovisão local sobre o ambiente natural, que para turistas e empreendedores, muitas vezes, representa apenas um atrativo, mas que para as comunidades locais, são espaços de reprodução da vida.

É dentro dessa perspectiva que experiências de TBC vêm se desenvolvendo na Ilha do Marajó, onde é possível observar que a forma de organização e gestão da atividade, tem contribuído para a conservação do meio ambiente, elevação do capital social e incentivo ao protagonismo nas populações autóctones, podendo contribuir para o desenvolvimento dessas populações, que historicamente, foram excluídas dos processos de desenvolvimento do turismo na grande ilha do Marajó.

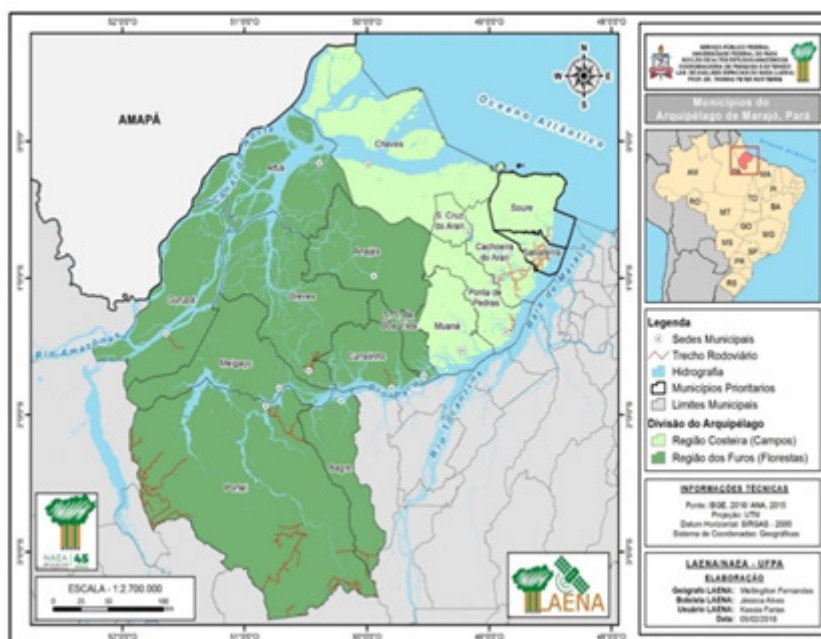
TURISMO NA ILHA DO MARAJÓ: PERMANÊNCIAS E EMERGÊNCIAS DE NOVAS PRÁTICAS

Localizada na região nordeste do estado do Pará, na foz do rio Amazonas, a Ilha do Marajó é a maior ilha fluvio-marinha do mundo, com uma área de aproximadamente 50.000km², dividida naturalmente entre duas grandes regiões particulares: a região dos campos naturais a leste e a densa floresta de origem sedimentar aluvial, na parte oeste, que se estende até sudoeste da Ilha (LISBOA, 2012).

A Ilha do Marajó é formada por 12 municípios, que com outras ilhas, em destaque as ilhas de Caviana, Mexiana e Gurupá, formam o arquipélago marajoara (Figura 01). Por suas dimensões e características, essa região é considerada uma das mais importantes fornecedoras de produtos extrativistas, frutíferos, pesqueiro, de grãos, etc. para a capital do Estado, destacando-se também como importante produtora de carne bovina e bubalina, pois ainda no período colonial, o Marajó foi transformado em um polo de criação de gado (TEIXEIRA, 1953; BARROSO, 1954).

A partir de 2010, na região de campos do Marajó, a rizicultura foi introduzida na ilha, com grande adesão de segmentos econômicos e apoio governamental do Estado, cujo projeto é implementar no Marajó o maior polo de rizicultura do norte do país (GOMES et al. 2018).

Figura 01: Municípios do Arquipélago do Marajó – Pará



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais do NAEA (LAENA) (2018).

O agronegócio do arroz, embora defendido pelo discurso desenvolvimentista como importante para a geração de emprego, produção de alimentos e “progresso” para o Marajó tem, na verdade, causado grande impacto ambiental através do enorme uso de agrotóxico e de recursos hídricos, competindo com o abastecimento dos moradores locais, conflitos com populações tradicionais, exclusão de pequenos criadores que são empurrados para áreas mais distantes, etc. (GOMES, *et al* 2018; HUFFNER; MEIRELLES, 2016; CRUZ, SILVA, 2014). Tal atividade tem comprometido ainda mais a frágil realidade socioeconômica do Marajó, que corresponde a região com os menores Índice de Desenvolvimento Humano do Estado (IBGE, 2010; IPEA, 2010; FAPESPA, 2015).

Somando-se a essa importância socioeconômica, o Marajó possui ecossistemas de grande beleza natural e apelo ambiental e é conhecido internacionalmente por ser guardião de uma cultura milenar dos antigos povos que habitaram a região, revelada através da cerâmica marajoara, de reconhecido valor arqueológico, que mostra um pouco da complexidade da sociedade que habitou a Ilha antes de sua colonização pelos portugueses.

As influências deixadas por essas civilizações e a relação com os brancos colonizadores e com os negros trazidos para a região, contribuíram para a construção de uma cultura local marcada por um profundo conhecimento sobre a natureza, seus fluxos e dinâmicas, pela religiosidade manifestada nas festas de santos, onde o culto particular dá lugar à fervorosa manifestação de fé coletiva, por uma gastronomia ímpar e original, por um folclore de músicas, danças, histórias que, ao mesmo tempo em que particularizam o Marajó, o universalizam no mundo amazônico e brasileiro. Tais características corroboraram para que o Marajó se tornasse um espaço prioritário para o desenvolvimento do turismo no estado do Pará.

A Ilha do Marajó compreende um dos polos de turismo do estado do Pará, que até 2009, era formado pelos municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras. Com a adequação dos

polos turísticos às novas regiões turísticas, através do Programa Nacional de Regionalização do Turismo, o Polo Marajó passou a ser constituído dos 16 municípios que compõem a Região Marajó, sendo eles, Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currealinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure (PARATUR, 2009).

Na ilha, a atividade turística começou a ser desenvolvida, oficialmente, a partir da década de 1970, como parte das políticas públicas para dinamizar o turismo no estado do Pará, concentrando ações, naquela época, no município de Soure. Porém, ainda hoje, apesar de seu diversificado potencial, tal atividade se apresenta pouco organizada e com demandas reduzidas e concentradas. Os municípios de Soure e Salvaterra recebem os maiores fluxos e possuem a melhor estrutura receptiva. Outros municípios como Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Afuá também recebem considerável fluxo de turistas, mas esses, quase sempre, concentrados nos períodos de eventos locais, como a Festividade de São Sebastião, em Cachoeira do Arari e o Festival do Camarão, em Afuá.

Com a crise na pecuária instalada na ilha, a partir da década de 90, alguns fazendeiros do Marajó passaram também a investir no turismo rural como alternativa econômica, utilizando as paisagens naturais da ilha, a vida no campo e os ambientes peculiares das fazendas marajoaras, como atrativos turísticos. O segmento desenvolveu-se a partir do ano 2000, quando a Companhia Paraense de Turismo - PARATUR, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-PA, o Banco da Amazônia - BASA e as prefeituras locais elaboraram um Programa de Diversificação da Oferta Turística da Ilha.

Com a criação dos Polos de Turismo do Estado e com o desenvolvimento do Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará 2012 – 2020, lançado em 2011, o Marajó passou a receber ações de infraestrutura, como asfaltamento de rodovias (PA 154 – Salvaterra/Cachoeira do Arari), melhoria no sistema de transporte (a inauguração de Terminal Hidroviário de Belém, em 2014 e a inclusão de lanchas que fazem a travessia de Belém ao Marajó em menos de duas horas), melhoria no abastecimento de energia (conexão do arquipélago ao Sistema Interligado Nacional das Centrais Elétricas do Pará - CELPA), entre outras ações que envolvem a promoção do turismo no Estado em nível nacional e internacional.

Essas ações, certamente, têm trazido benefícios no que diz respeito à facilidade de acesso e melhoria de estrutura, mas sabe-se que a existência de infraestrutura básica ou mesmo turística, não garante a sustentabilidade da atividade. É necessário problematizar, analisar, ampliar o número de agentes envolvidos na atividade e levar o debate teórico-metodológico a outros patamares, que possam contribuir para pensar e planejar o turismo de forma sustentável na Ilha do Marajó e expandir seus benefícios às comunidades locais.

Tratando do turismo no Marajó, estudos de Cruz (1999), Figueiredo (1999), Tavares (2009) Campos (2010), Boulhosa, Cabral e Gomes, (2017), Boulhosa (2019) sobre essa atividade na Ilha, em décadas diferentes, apontam para a mesma realidade: o turismo no Marajó é concentrado temporal e geograficamente, é pouco organizado; as ações públicas são pontuais e direcionadas à natureza, há pouca valorização da cultura e do ser marajoara; os serviços turísticos são de baixa qualidade; a estrutura turística é deficiente; e são reduzidos os benefícios da atividade à população local.

Pelo contexto atual do turismo na Ilha, é urgente considerar a necessidade de se relativizar as formas adotadas para promover o turismo na região do Marajó, pois a permanente de

modelos tradicionais de promoção do turismo, pouco tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico da população que lá vive. Novas formas de fazer o turismo precisam ser consideradas e fazer parte das políticas públicas do Estado, formas essas que rompam com o centralismo decisório e criem espaço de diálogo e negociação entre o poder público e as populações autóctones.

Figueiredo e Nóbrega (2015), ao discutirem o turismo na Amazônia, apontam para necessidade de constituição de modelos híbridos de planejamento, que seja resultado da negociação entre vários interesses, envolvendo associações reivindicativas, movimentos sociais e individuais e que fortaleçam a cidadania e rompam com os paradigmas clássicos da administração pública, dando oportunidade de protagonismo local.

Embora alguns autores destaquem que o protagonismo das populações locais na Amazônia ainda se configure em experiências pontuais, eles também reconhecem, por um lado, que as políticas públicas estão em constante aprimoramento e já consideram a importância da participação de um número maior de agentes no processo de desenvolvimento, por outro lado, constataam a elevação da consciência ambiental e do nível de posicionamento das populações locais na região.

Sobre o posicionamento das populações locais, Rosa Acevedo Marin (2015) ao tratar dos povos tradicionais no arquipélago do Marajó e as políticas de ordenamento territorial e ambiental, sinaliza:

Atualmente, o arquipélago é espaço de uma disputa aberta por recursos e essas reivindicações partem dos povos tradicionais, agentes sociais que marcam posicionamentos sobre o direito à terra e de usufruto dos recursos, além de evidenciar uma consciência ambiental (MARIN, 2015:33).

Nesse contexto de necessidade de novas formas de promover o turismo e do crescente posicionamento das populações marajoaras sobre seus direitos, observa-se no Marajó que, paralelo ao turismo tradicional ou o desenvolvido por empresas (agências de turismo do Pará e hotéis do Marajó, em especial) instalados a partir das décadas de 80 e 90 na Ilha, atualmente, já se registram experiências de iniciativas autóctones de empreendimento, configurando-se como emergências de novas práticas de turismo na grande ilha.

Exemplo dessas experiências é o Turismo de Base Comunitária iniciado pela Associação de Mulheres do Pesqueiro – Asmupesq, da Comunidade do Pesqueiro, no município de Soure. A Associação foi uma das pioneiras no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária na Ilha e inclusive teve sua experiência divulgada num vídeo publicitário do Ministério do Turismo disponível em seu site desde 2010.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO MARAJÓ: A EXPERIÊNCIA DE TURISMO DA COMUNIDADE DO PESQUEIRO, EM SOURE

Como indicado anteriormente, Soure faz parte do Polo Turístico do Pará, além de ser a cidade por onde o turismo iniciou seu desenvolvimento na Ilha, em meados da década de 70. É considerada uma cidade com “vocação natural” para o turismo, em função de suas belezas naturais e da infraestrutura existente no município, pois desde o período colonial a região, que corresponde ao município, foi afetada pelas transformações da colonização: doação

de sesmarias, instalação das ordens religiosas, introdução da pecuária na Ilha, instalação de pesqueiro Real, crescimento populacional etc., que promoveu nessa região um notável desenvolvimento em relação a outras regiões da ilha (Cruz, 1999). Por ser prioritária para o desenvolvimento do turismo, uma infraestrutura foi criada, fazendo de Soure uma das cidades com melhor estrutura turística da Ilha do Marajó.

Surgindo no processo de expansão colonial portuguesa, a cidade de Soure fora, inicialmente, uma aldeia dos índios Maruanazes, transformada, em meados do século XVIII, na freguesia de Menino Deus e, posteriormente, em município, em 1757 (Cruz, 1999). Soure possui uma população estimada em 25.181 (IBGE, 2018), distribuída por seu território de 2.857,349km² (IBGE, 2018), dividida nas áreas urbanas e rurais do município.

O município localiza-se na parte oriental da Ilha, banhado pelo rio Paracauari, um dos seus principais meios de comunicação e acesso, sendo o divisor natural com o município de Salvaterra. Instalada em área plana, arborizada por frondosas mangueiras, seu traçado urbano é planejado, constituído por ruas largas, pavimentadas com asfalto e piçarra, antigos sobrados, ainda do tempo de sua fundação, inúmeras residências, comércio bem diversificado, serviços públicos de saúde, segurança, esgoto, abastecimento de água e energia. Nos serviços turísticos possui hotéis, pousadas, agências de viagens, posto de informações turísticas, lojas de artesanatos, restaurantes e comercialização de vários passeios turísticos.

Em 2008, no município de Soure, a Associação de Mulheres do Pesqueiro - Asmupesq aprovou o projeto de Turismo de Base Comunitária, intitulado “VEM – Viagem Encontrando Marajó”, na Chamada Pública de Seleção de Projeto de Turismo de Base Comunitária, do Ministério do Turismo (Ministério do Turismo, 2010). A Associação, em função do já existente fluxo de turistas à praia do Pesqueiro, que se destaca como a mais famosa do Marajó, e da busca por outras oportunidades de ocupação e renda, viu, no turismo, uma possibilidade de incremento para a economia local. Assim, com a colaboração de recursos do edital, passou a elaborar e comercializar roteiros turísticos.

Para o desenvolvimento das atividades turísticas, a Comunidade do Pesqueiro, envolvida na atividade, obteve orientação técnica externa de organizações não-governamentais, bem como, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, uma vez que a Comunidade do Pesqueiro está incluída na área da Reserva Extrativista Marinha de Soure. Através desse órgão, em parceria com outras entidades, foram realizados estudos de potencialidades turísticas na Unidade de Conservação, seminários temáticos, troca de experiências e capacitação sobre os conceitos e desafios do Turismo de Base Comunitária, organização social, alimentação etc.

Posteriormente, em função de incompatibilidades internas e com a extinção da Associação, a atividade turística, organizada por ela, praticamente paralisou. Porém, alguns membros da Comunidade, que haviam participado das capacitações, reuniram-se em famílias e voltaram a desenvolver o turismo sob os princípios do TBC.

A Comunidade do Pesqueiro localiza-se na área costeira do município de Soure e está a 7,0 km da zona urbana do município (CARVALHO, 2015). Na comunidade residem, aproximadamente, 200 famílias (CARVALHO, 2016). As famílias extrativistas da Reserva Extrativista Marinha de Soure têm como atividades principais a pesca, catação de caranguejos, siris e mariscos em geral, extração de recursos florestais não-madeireiros como óleos naturais e frutos, especialmente o açaí e o coco. Possuem criação de animais de pequeno porte (porco, patos, galinhas) e produzem artesanato a partir de madeira, sementes, argila, fibras etc. (ICMBio, 2018).

Na Comunidade do Pesqueiro a Festividade de Santa Luzia é o mais importante evento religioso-cultural que ocorre há 39 anos, com duração de treze dias, acontecendo no início do mês de dezembro e envolve peregrinações com a imagem da santa, novenas, missas, orações nos lares, procissões, carreatas, desfiles dos santos, queima de fogos, noites de encontro de grupos e clubes ligados à igreja local, com grande participação popular, envolvendo moradores da sede do município e comunidades vizinhas (Festividade de Santa Luzia, 2018 - folheto). (Figuras 02 e 03).

Figura 02: Comunidade do Pesqueiro, Soure Figura 03: Círio de Santa Luzia da Comunidade do Pesqueiro, Soure



Fonte: Carolina Cortinhas.



Fonte: Autora da pesquisa.

Atualmente, na Comunidade de Pesqueiro, algumas vezes em parceria com a Comunidade do Céu, vizinha a esta, a experiência de Turismo de Base Comunitária vem se desenvolvendo através da realização de serviços de passeios e travessias de barcos, locação de bicicletas, hospedagem comunitária, que dispõem de unidades habitacionais rústicas, com camas, banheiro interno, redário e também hospedagem em residências de comunitários, restaurante e bar (Figuras 04 e 05), onde é possível degustar a culinária marajoara preparada com peixes, frutos do mar, carne de búfalo e outras iguarias marajoaras, como o “turu” (molusco bivalve da família dos teredinídeos) que hoje já possui até um roteiro turístico específico, onde o visitante conhece o ecossistema onde o mesmo se reproduz, suas características e funções “afrodisíacas”, de acordo com a cosmologia local, e pode também degustar essa iguaria, ao final do passeio.

Figuras 04 e 05 – “Casa do Pescador” Hospedagem comunitária na Comunidade do Pesqueiro e restaurante Brisa do Mar, no Povoado do Céu



Fonte: Autora da pesquisa.

Além dos serviços de transporte, hospedagem e alimentação, a partir dessas Comunidades é possível realizar vários passeios turísticos em contato direto com a natureza, caracterizada pela predominância de extensos manguezais e áreas de restingas, de onde pode-se avistar inúmeras aves da fauna local e apreciar a beleza cênica do litoral marajoara, em passeios de barcos por rios, furos e igarapés, passeios em carroças puxadas por búfalos, por praias quase desertas, trilhas e caminhadas ecológicas, visitas guiadas ao manguezal, com explicações das funções e importância desse ecossistema, e entrar em contato com o dia-a-dia de uma comunidade ribeirinha marajoara, em visitas às comunidades, à casa de pescadores, acompanhamento da pesca artesanal, catação de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) e turu (*Teredo*) extrativismo da andiroba (*Carapa guianensis*), entre muitos outros atrativos.

Através da aplicação de questionários junto a comunitários que trabalham com hospedagem na Comunidade do Pesqueiro, foi possível traçar o perfil dos turistas e visitantes que utilizam os serviços oferecidos por essa comunidade, até o momento.

Sobre a origem dos turistas nacionais verificou-se a predominância de procedentes de São Paulo. Quanto à origem internacional, a maioria dos visitantes vem da França.

A faixa etária concentrou-se entre os 25 e 44 anos, com grau de escolaridade superior e pós-graduação, sem predominância entre sexos. A maioria dos visitantes é composta por solteiros e casais. Com relação ao tempo de permanência, predominou a quantidade de 3 (três) dias.

Para acessar a Comunidade do Pesqueiro, o principal meio de transporte informado, foi a motocicleta, em serviços de “mototaxi”. Sobre como tiveram conhecimento das atividades turísticas da Comunidade, a informação é que receberam indicações de amigos.

Entre os passeios mais realizados pelos turistas destacaram-se, nesta ordem: travessia de barco para almoço no Povoado do Céu; passeio de barco pelos furos e igarapés, passeio de carroça puxada por búfalos (Figuras 06 e 07) e, extração do turu (Figuras 08 a 11).

As informações e os serviços turísticos da Comunidade do Pesqueiro podem ser acessados via internet, por agentes turísticos e condutores locais, por indicação dos meios de hospedagem ou diretamente com os comunitários envolvidos na atividade. Todos os serviços turísticos são planejados, organizados e executados pelos comunitários, o que revela o quanto essa atividade tem contribuído para o protagonismo local.

Figuras 06 e 07 – Passeios de carroças puxadas por búfalos na comunidade do Céu e Passeio de barco por rios margeados por manguezais, na Comunidade do Pesqueiro



Fonte: Autor da pesquisa.

Figuras 08 a 11 – Roteiro do Turu. Constituído por caminhada por área de manguezal, informações sobre o ecossistema, explicações e demonstrações sobre o processo de retirada do molusco da madeira, suas formas de usos na culinária local, seu efeito afrodisíaco e, finalização com a limpeza, preparação e degustação da iguaria, à beira da praia



Fonte: Autor da pesquisa.

Assim, na atualidade, essas comunidades que há anos apenas assistiam o desenvolver do turismo, com constantes fluxos turísticos à praia do Pesqueiro, uma das mais visitadas do Marajó; através de iniciativas locais, tem demonstrado sua capacidade de mobilização e protagonismo para o desenvolvimento de um turismo que, para além de relevar as belezas naturais e culturais do Marajó, tem contribuído para geração de renda e trabalho, para elevação do orgulho étnico, conservação da natureza e cultura e bem estar social.

Experiências dessa forma de fazer turismo no Marajó ainda são poucas, mas não podem ser ignoradas, até porque são resultados do envolvimento de vários agentes locais e podem configurar-se em um embrião de um novo fazer do turismo na ilha, um turismo que desenvolve-se considerando o conhecimento empírico, o saber acumulado sobre a natureza, os processos particulares de socialização e solidariedade amazônica, a capacidade de construção de formas especiais de associativismo, trabalho coletivo, entre outras características que marcam as práticas culturais dos povos da região.

Experiências de TBC têm sido registradas em todo território brasileiro, e em cada experiência há particularidades e especificidades dadas pelas características naturais e culturais dos lugares, pelos agentes envolvidos no processo, pela realidade socioeconômica local, pelas dinâmicas sociais, políticas e institucionais relacionadas, que, longe de parecerem confundir as discussões conceituais e definições de práticas de TBC, na verdade, revelam mesmo o dinamismo da praxis humana e a capacidade e criatividade das populações locais em buscar de dar respostas às suas próprias demandas.

O grande desafio dessa prática de turismo é a participação da comunidade local que se configura como elemento crucial para o sucesso do empreendimento, pois implica na construção e elevação de capital humano, na organização social, gestão democrático-participativa, no espírito de solidariedade, em práticas sustentáveis de desenvolvimento, enfim, num processo de aprendizagem contínuo e responsável entre os agentes envolvidos.

Essa forma de promover o turismo pode ser o caminho para a construção de um fazer turístico com feições locais e a promoção de um desenvolvimento endógeno e sustentável, de fato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo de base comunitária busca se contrapor ao turismo de massa, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços, buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer rotas exóticas, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de um outro modo de visita e hospitalidade, diferente em relação ao turismo massificado, ainda que, porventura, se dirija a um mesmo destino (BARTHOLO, SAN SOLO & BURSZTYN, 2009).

Essa modalidade de turismo oportuniza o protagonismo da população local, que se torna beneficiária direta da atividade, sendo também responsável por seu planejamento e gestão.

Considerar essa forma de fazer o turismo como uma possibilidade de conservação e valorização do patrimônio natural e cultural e o desenvolvimento das capacidades e potencialidades locais, requer uma análise do turismo enquanto fenômeno complexo, que considere os impactos positivos e negativos sobre os setores econômicos e sobre a sociedade, pois há vastos exemplos no Brasil onde as próprias políticas públicas para o setor do turismo têm causado uma série de impactos negativos aos núcleos receptores.

Essa forma de conceber o turismo, enquanto fenômeno complexo, pode somar esforços para a construção de uma nova forma de fazê-lo, que culmina com uma prática turística que considere as potencialidades das atratividades locais mas, principalmente, as necessidades e aspirações das comunidades receptoras que, muitas vezes, são excluídas dos processos de desenvolvimento e dos benefícios que uma atividade sustentável pode promover.

As pesquisas realizadas sobre o turismo no Marajó evidenciam a necessidade de uma profunda mudança na concepção, planejamento e desenvolvimento do turismo na região e para busca de caminhos sustentáveis a partir de uma ação integrada, baseada no tripé poder público, iniciativa privada e comunidade local, sendo, essa última, protagonista e beneficiária dos impactos positivos da atividade, bem como, corresponsável pelo seu desenvolvimento.

Assim, pensar o turismo como possibilidade de desenvolvimento sustentável para a Ilha do Marajó passa, necessariamente, pela formulação ou reformulação de políticas públicas inclusivas e democráticas, reavaliação da praxis atual da atividade, pela ampliação dos agentes envolvidos nos processos de planejamento e decisão do desenvolvimento do setor, por uma abordagem sistêmica do turismo, enquanto fenômeno socioeconômico, pela utilização sustentável dos recursos naturais e culturais, pelo respeito às relações entre sociedade e natureza no contexto amazônico, pela valorização do etnoconhecimento das populações autóctones e reconhecimento da fragilidade de populações tradicionais frente

ao grande capital, pelo uso de tecnologias sustentáveis, pela implantação de mecanismos que oportunizem o protagonismo local, enfim, pela real possibilidade de contribuir para a melhoria das condições de vida da população da Ilha.

As possibilidades são inúmeras para a construção de um turismo sustentável, mas ele só acontecerá se, realmente, corresponder à ideia de um desenvolvimento sustentável, onde o ser humano marajoara também se desenvolva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, F. F. et al. *Turismo em Foco: globalização e políticas públicas*. In: AZEVEDO, F. F. et al. (Org.) *Turismo em Foco*. Belém: NAEA, 2013. p. 11-27.

BARROSO, A. E. V. *Marajó: Estudo etnográfico, geológico e histórico sobre a grandiosa ilha da foz do Amazonas*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1954.

BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G., & BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BARTHOLO R. Sobre o sentido da Proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BOULHOSA, M. S. CABRAL, N. W. S. GOMES, E. L.S. Turismo no Marajó (Pa): identidade e diversidade como potencialidades para um turismo sustentável. In: *Turismo e desenvolvimento local: Experiências, análises e perspectivas na Amazônia*. Belém: IFPA, 2017.

BOULHOSA, M. S. Turismo, desenvolvimento e sustentabilidade na ilha do Marajó. *Revista Paper do NAEA*, v. 28, n. 3, set-dezembro 2019. Belém, UFPA, 2019.

BRASIL. *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: Desafio para a formulação de política pública*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BURSZTYN, I. A influência do ideário neoliberal na formulação de políticas públicas de turismo no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 3, nº 4, pp. 7-12. Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil: 2003.

BURSZTYN, I; BARTHOLO, R; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CAMPOS, I. *Ecoturismo na Ilha do Marajó*. V Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPS). Florianópolis, 2010.

CARVALHO, E. A. *Caracterização estrutural e ambiental de bosques de mangue da costa paraense, como subsídios à conservação e qualidade de vida* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2016.

CARVALHO, E. A. Manguezais de Soure, Ilha do Marajó, Pará, Brasil: relações sociais e percepções ambientais. In: Vieira, I. C. G., Jardim, M. A. G., & Rocha, E. J. P. *Amazônia em tempo - estudos climáticos e socioambientais* (pp.147-168). Belém: UFPA, 2015.

CRUZ, B. E. V; SILVA, A. R. F. *Conflito pelo uso do território nos campos marajoaras-Pará: entre o uso monopolista e o uso coletivo do território*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Belém, n. 1, v. 01, p. 76-87, jan./jun. 2014.

CRUZ, M. *Soure, pérola do arquipélago do Marajó*. Belém: MM Lima, 1999.

CRUZ, S. H. V. *Os impactos do turismo na Ilha de Marajó (PA): aspectos ambientais da praia do pesqueiro* (Dissertação de mestrado). Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FAPESPA. *Relatório sobre a Vulnerabilidade Social no Estado do Pará*. Belém, 2015.

FERNANDES, A. J. *As transformações socioespaciais do litoral do Rio Grande do Norte – Brasil: o turismo e a ausência de sustentabilidade*. In AZEVEDO et al. (Org.) *Turismo em Foco*. Belém: NAEA, 2013.

FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *O Ecoturismo e a questão ambiental da Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. *Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro*. In Figueiredo, S. L.; Azevedo, F. F.; Nóbrega, W. (Orgs.). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: NAEA/UFPA, 2015.

GOMES et al. *Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara*. Rev. NERA Presidente Prudente, ano 21, n. 42, pp.135-161, Dossiê – 2018.

HUFFNER, J. G. P.; MEIRELLES, R. S. *Os reflexos socioeconômicos e ambientais do avanço da rizicultura no município de Cachoeira do Arari – Pa*. Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia, UFES, Janeiro-Junho, 2016.

IBGE. *Censo Demográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. *Censo Demográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

ICMBIO. *Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Soure – PA*. Brasília, 2018.

IGREJA DE SANTA LUZIA. *Festividade de Santa Luzia da Vila do Pesqueiro*. Soure – Marajó. Panfleto da Festividade, 2018.

IPEA. *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil: Ranking do Pará*. 2010

LISBOA, P. L. B. *A terra dos Aruã: uma história ecológica do arquipélago do Marajó*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.

MALDONADO, C. *O Turismo Rural Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas*. In: BARTHOLO, SANSOLO e BURSZTYN. *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARIN, R. E. A. Debates e discursos em torno do Plano de Desenvolvimento Territorial sustentável do Arquipélago do Marajó. In: Marin, R. E. A., Teles, E., Cardoso, M. S. C., & Santos, D. B. *Povos tradicionais no Arquipélago do Marajó e Políticas de Ordenamento territorial e ambiental*. Rio de Janeiro: CASA 8, 2015.

PARÁ. *Resumo Executivo do Pólo Marajó*. Ministério do Turismo. Companhia Paraense de Turismo. Belém, 2010.

PARATUR. *Resolução nº 001/2009*. Dispõe sobre a adequação dos Polos turísticos às novas regiões turísticas estabelecidas no Decreto Estadual de Nº 1.066, de 19.06.2008. Belém, 2009.

POLANYI, K. *A Grande Transformação*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

RODRIGUES, A. B. Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In LEMOS, A. I. G.; Arroyo, M.; Silveira, M. L. *América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre, 2006.

SAMPAIO, A. C. et al. Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. In SAMPAIO, C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (Orgs.). *Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática*. Blumenau: Edifurb, 2011.

TAVARES, M. G. C. Turismo e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira: O caso do arquipélago do Marajó. In: 12º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideo, Uruguai. *Anais...* Montevideo, 2009.

TEIXEIRA, J. F. *O arquipélago do Marajó*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1953.

UNWTO. *Destaques do turismo*. World Tourism Organization, Ed. 2016.